

POLÍTICA

DF - Educação

CPIs

Na investigação sobre a Secretaria de Educação, advogada afirma que concorrência buscava beneficiar determinada empresa de transportes. Na Saúde, Bernardino teria alugado uma clínica por R\$ 100 mil

Indícios de licitação dirigida

ANA MARIA CAMPOS E
MATHEUS MACHADO

DA EQUIPE DO CORREIO

Carlos Moura/CB/17.8.04



COM RECEIO DE PRESSÕES SOBRE O DEPOENTE, JOSÉ EDMAR QUERIA TER OUVIDO, AINDA ONTEM, EX-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA EDUCAÇÃO

denúncia que envolve o ex-secretário de Saúde do Distrito Federal, Arnaldo Bernardino. Segundo a parlamentar, a Secretaria de Saúde teria alugado uma clínica pediátrica para dar suporte ao Hospital Regional de Taguatinga (HRT). O problema seria o valor do imóvel, que custaria R\$ 100 mil mensais aos cofres públicos.

Arlete disse que a denúncia será apurada nas primeiras diligências da comissão. "Trata-se de uma mamata. Como pode alguém pagar tudo isso de aluguel?", disparou a relatora da CPI. Acompanhada da deputada Eliana Pedrosa (PFL), a petista visitou ontem o superintendente da Polícia Federal no DF, Daniel Gomes Sampaio. Na reunião, acertou com o delegado uma parceria nos trabalhos de investigação, como troca de informações e acompanhamento de depoimentos. "A Polícia Federal vai dar todo o apoio necessário para a CPI da Saúde", disse o superintendente.

O ex-secretário Arnaldo Bernardino respondeu ontem à denúncia de que a Secretaria de Saúde pagou por cirurgias falsas no Hospital Santa Juliana. De acordo com a PF, em vários desses casos, os pacientes não passaram por nenhum processo cirúrgico na unidade. Em outros, sequer conheciam o Santa Juliana. Segundo Bernardino, a denúncia da Polícia Federal não é verdadeira, porque a secretaria não promove cirurgias em hospitais da rede privada.

No primeiro depoimento colhido pelos integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Educação, a advogada Luciane Almeida Nunes, da empresa Esave, apontou indícios de direcionamento em licitações para transporte escolar de estudantes. A representante do grupo de propriedade do senador Valmir Amaral (PP-DF) sustenta que uma concorrência ocorrida entre 2003 e 2004 favoreceu a empresa Moura Transportes, em detrimento de outras quatro participantes.

A advogada afirmou que a Esave ofereceu preços mais baixos que a vencedora, mas foi desabilitada durante a licitação. Outras três concorrentes teriam sido desclassificadas. Dessa forma, apenas a Moura Transportes conseguiu passar à segunda fase da concorrência, que é a análise da proposta financeira. No início do processo, a Esave chegou a questionar uma das exigências do edital, de que apenas empresas autorizadas pelo Detran para transportar estudantes seriam admitidas.

Por meio de uma nota, a Secretaria de Educação nega as irregularidades e sustenta que a Esave foi desclassificada da licitação porque não tinha experiência no transporte escolar. O grupo Amaral tem know-how no transporte coletivo, mas nunca prestou serviço escolar. Mesmo assim, de acordo com a advogada do grupo,

a empresa tinha condições técnicas para vencer a licitação. O contrato, no valor de R\$ 10 milhões, tem como objeto o transporte de alunos da rede pública para escolas em áreas de difícil acesso ao sistema convencional de ônibus.

Segundo a advogada, a exigência de experiência na área direciona a concorrência às empresas que já prestam o serviço, impedindo outras interessadas de disputar o mercado. Com as re-

clamações das concorrentes, a Secretaria de Educação acabou mudando o edital. "Isso não foi suficiente. Há indícios de que membros da comissão de licitação continuaram favorecendo a Moura Transportes", acredita o relator da CPI, Paulo Tadeu (PT).

Na sessão de ontem, os deputados marcaram um novo depoimento. Na próxima terça-feira, a CPI ouve os ex-presidentes da Comissão Permanente de Licitação

(CPL) da Secretaria de Educação, Achilles Santana e Diego Sória. Em depoimento ao Ministério Público do DF, no ano passado, Achilles disse que houve interferência política na licitação e, por essa razão, ele acabou afastado dos trabalhos. "O depoimento dele vai ser explosivo, e ele está muito tenso", afirma o presidente regional do Prona, Manoel Carneiro, ex-subsecretário de Educação entre janeiro de 2003 e julho de 2004.

Com receio de que Achilles sofra pressão, o deputado José Edmar (Prona), que integra a CPI, queria colher o depoimento ainda na tarde de ontem. Paulo Tadeu, no entanto, ponderou que os membros da comissão tinham de se preparar para o interrogatório.

Saúde

Chegou às mãos da relatora da CPI da Saúde, deputada Arlete Sampaio (PT-DF), mais uma